

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.690 - MG (2019/0056637-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : CLÁUDIO MANOEL GUIMARÃES PINTO
ADVOGADO : GABRIEL MARIANO COSTA LEITE SANTOS - MG108698
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : RAQUEL CORRÊA DA SILVEIRA GOMES E OUTRO(S) - MG075445

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por CLÁUDIO MANOEL GUIMARÃES PINTO, contra decisão de minha lavra, assim fundamentada (fls. 264/269):

Trata-se de recurso especial interposto por CLÁUDIO MANOEL GUIMARÃES PINTO, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Narram os autos que a parte ora recorrente ajuizou a subjacente ação ordinária em face do ESTADO DE MINAS GERAIS, objetivando a condenação deste "ao pagamento ao do valor correspondente à indenização de 06 (seis) meses de férias prêmio" (fl. 90).

O Juízo de 1º Grau extinguiu o feito, sem a resolução de mérito, em face do acolhimento da preliminar de incompetência absoluta, uma vez que o valor da causa "não excede o montante de 60 (sessenta) salários mínimos, bem como não se enquadra nas exceções previstas pela Lei n. 12.153/2009" (fl. 91).

O Tribunal de origem deu provimento parcial ao recurso de apelação interposto pela parte ora recorrente para, cassando a sentença, determinar a remessa dos autos ao Juízo Especial da Fazenda Pública. O acórdão foi assim ementado (fl. 162):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA – INDENIZAÇÃO DE 06 (SEIS) MESES DE FÉRIAS PRÊMIO – VALOR DA CAUSA – ALTERAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUÍZO, RESULTANDO EM PATAMAR INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS – POSSIBILIDADE – COMPETÊNCIA – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA – EXTINÇÃO DO PROCESSO – IMPOSSIBILIDADE – INCOMPATIBILIDADE TECNOLÓGICA ENTRE O PJE E O PROJUDI – PROBLEMA A SER SANADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NÃO PODENDO

Superior Tribunal de Justiça

PREJUDICAR O AUTOR. A partir de 23/06/2015, as ações de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, que não excederem o valor de 60 salários mínimos e que não estejam contempladas nas exceções previstas no art.

2º da Lei nº 12.153/2009, devem ser processadas e julgadas no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, podendo o valor da causa ser alterada de ofício pelo juízo, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Detectada a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública para julgamento do feito, não há razão para sua extinção, devendo os autos eletrônicos ser remetidos ao juízo competente, visto que eventual incompatibilidade tecnológica entre o PJE e o PROJUDI é problema a ser sanado pelo Tribunal de Justiça, não podendo o autor ser prejudicado por questões técnicas que não deu causa, sob pena de obstrução do acesso à justiça. Provido em parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados, com a imposição de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 (fls. 203/208).

Sustenta a parte recorrente violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que o Tribunal de origem rejeitou seus declaratórios sem, contudo, sanar a omissão apontada no acórdão embargado, concernente ao fato de que procedeu a emenda da inicial na forma do art. 292, I, do CPC/2015.

Aponta, também, contrariedade ao art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, asseverando ser indevida a multa aplicada pelo Tribunal a quo, pois "não restou comprovado que os Embargos de Declaração foram protelatórios, na medida em que a parte Recorrente apenas se utilizou dos instrumentos processuais previstos e disponíveis para defesa de seus direitos, não demonstrada sua má-fé" (fls. 227/228).

Por fim, requer o provimento do recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, bem como a exclusão da multa aplicada pela Corte de origem.

Sem contrarrazões (fl. 251).

O recurso foi admitido na origem (fls. 252/253).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Extrai-se da sentença que, nada obstante a parte ora recorrente tenha efetivamente emendado da petição inicial, o Juízo a quo entendeu que o valor da causa não excederia o limite de 60 (sessenta) salários mínimos. Senão vejamos (fl. 91):

Em análise mais detida dos autos, infere-se que o objeto da lide certamente não excede o montante de 60 (sessenta) salários mínimos, bem como não se enquadra nas

Superior Tribunal de Justiça

exceções previstas pela Lei n. 12.153/2009.

Ressalte-se que, não obstante a parte autora ter atribuído à causa valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos, não há nos autos demonstração de como tal montante foi apurado, não estando ainda a justificativa apresentada fundamentada de forma a fixar a competência desta vara.

Portanto, verifica-se que o valor da causa proposto na ação é arbitrário tendo a nítida pretensão de tentar obter a alteração da competência do órgão jurisdicional respectivo -o que, inclusive, é passível de condenação por litigância de má-fé (cf. STJ, AREsp 640.258, Decisão Monocrática, Min. Assusete Magalhães, DJe 15/05/2015).

*Assim, tratando-se de matéria afeta à competência dos Juizados Especiais, resta configurada a incompetência *ratione materie*, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei n.*

12.153/09, devendo o presente feito ser redistribuído perante aquele órgão jurisdicional.

Tal compreensão foi acolhida pelo Tribunal de origem. Confira-se (fl. 165):

Outrossim, o que se vê dos autos é que o Juízo de Primeiro Grau entendeu que a competência para julgamento do feito é do Juizado Especial da Fazenda Pública, haja vista não ultrapassar 60 salários mínimos a vantagem econômica pleiteada na inicial, não se enquadrando nas exceções previstas na Lei Federal 12.153/09.

Inconformada, a parte ora recorrente opôs embargos de declaração, afirmando a existência de omissão no referido julgado, uma vez que (fl. 177):

*Ao prolatar o v. Acórdão que deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pelo Embargante essa Colenda Câmara Cível não analisou o ponto que o Recorrente justificou a competência das Varas da Fazenda Pública Estadual e Autarquias desta Capital Mineira para o conhecimento e processamento da presente, **EM ESPECIAL, O QUE DISPÕE A LEI ESTADUAL N.º 10.362/90, bem como a PLANILHA DE "CÁLCULOS DO VALOR RELATIVO AO SALDO DE 06 (SEIS) MESES DAS FÉRIAS PRÊMIO DO AUTOR", CONFORME HOLERITE DE JULHO DE 2015 (EVENTO N.º 05 E 27) E DECLARAÇÃO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL (EVENTO N.º 3).***

Superior Tribunal de Justiça

De fato, o cerne da controvérsia, tal como deduzida pela parte ora recorrente, vincula-se à necessidade de adoção dos critérios de cálculo por ela apontados. Confirma-se, por oportuno, o seguinte trecho da petição dos embargos de declaração (fls. 181/182):

LOGO, O APELANTE PARA DAR O VALOR A CAUSA UTILIZOU-SE DE UM SIMPLES CÁLCULO DIVIDIU O VALOR R\$ 130.267,26 POR 9 QUE REPRESENTA A QUANTIDADE DE FÉRIAS PRÊMIO QUE FORAM CONVERTIDAS EM ESPÉCIE NA SUA APOSENTADORIA (CONFORME DECLARAÇÃO DO ID 5086324), CHEGANDO AO VALOR DE CADA MÊS DE FÉRIAS PRÊMIO, QUE REPRESENTA A QUANTIA R\$ 14.474,14.

ASSIM, NOS CÁLCULOS FEITOS NA PETIÇÃO ID 8560304 PARA CHEGAR AO VALOR DOS 06 (SEIS) MESES DE FÉRIAS PRÊMIO QUE ESTÃO SENDO RECLAMADAS NOS AUTOS (CONFORME DECLARAÇÃO DO ID 5086324) O APELANTE MULTIPLICOU O VALOR DE R\$ 14.474,14 POR 6 CHEGANDO A QUANTIA DE R\$ 86.844,84.

TANTO É QUE O PRIMEIRO VALOR DADO À CAUSA FOI R\$ 86.844,84, tendo em vista que na data que ação foi distribuída estava em vigor o antigo Código de Processo Civil e não havia necessidade de atribuir à causa o valor certo, monetariamente corrigido e com juros de mora.

Acontece, que MM. Juiz a quo Exa. determinou a intimação da parte Apelante para emendar a inicial.

Portanto, com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, o Apelante requereu a emenda da inicial (ID 8560304), nos termos dos artigos 291 e 292 do CPC, passando a constar o seguinte valor como valor da causa, qual sda R\$ 101.571,81 (Cento e Um Mil, Quinhentos e Setenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos), conforme os cálculos abaixo:

[...]

Observa-se, assim, que nos referidos declaratórios em nenhum momento a parte recorrente apontou uma eventual omissão do Tribunal de origem acerca do art. 292, I, do CPC/2015, matéria somente deduzida nas razões do recurso especial. Logo, não há se falar em negativa de prestação jurisdicional se a matéria tida por omissa não foi suscitada nos embargos de declaração. Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. CONSIDERAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS DO SEGURADO. DESNECESSIDADE DE VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO À PROVA PERICIAL. PRECEDENTES.

I - Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez.

II - Inexiste violação do art 1.022 do CPC/2015, visto que foi alegada omissão do Tribunal de origem na análise de matéria não suscitada nos embargos de declaração.

III - No caso dos autos, o Tribunal de origem deferiu o benefício da aposentadoria por invalidez por entender que a incapacidade do segurado, seus aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais inviabilizam o seu retorno ao mercado de trabalho.

IV - Verifica-se que o acórdão regional está em conformidade com o entendimento jurisprudencial desta Corte no sentido de que "a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei 8.213/91, os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais da segurada, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho" (REsp 1568259/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 1/12/2015). Outros julgados: AgRg no AREsp n. 35.668/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 5/2/2015, DJe 20/2/2015 e AgRg no AREsp n. 497.383/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/11/2014, DJe 28/11/2014.

V - Recurso especial improvido.

(AREsp 1.251.477/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 21/11/2018)

Nesse diapasão, considerando-se que os embargos de declaração não foram manejados com a finalidade de sanar eventual omissão existente no acórdão embargado, mas tão somente de obter o rejugamento da questão pelo Tribunal de origem, mostra-se correta a cominação da multa prevista no art. 1.026 do CPC/2015. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO DOS VÍCIOS. ALEGAÇÃO GENÉRICA. IMPOSSIBILIDADE.

CARÁTER MERAMENTE INFRINGENTE E PROCRASTINATÓRIO. MULTA.

1. Nos termos do art. 1.026 do CPC/15, é ônus do embargante a indicação específica dos vícios alegados.

2. A não indicação concreta dos vícios que autorizam o cabimento dos embargos e a consequência de tais falhas sobre o direito discutido inviabiliza a análise da pretensão do embargante.

3. A pretensão de simples rejugamento da decisão embargada evidencia caráter protelatório e não mero inconformismo, ensejando a imposição da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1.039.379/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/06/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCLUSÃO DA MULTA DO ART. 538, DO CPC - SÚMULA 98 DO STJ. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 E 356 DO STF. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535, II DO CPC. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA PREVISTA NO ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO. INCIDÊNCIA.

1. O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. Os embargos declaratórios não são cabíveis para a modificação do julgado que não se apresenta omissivo, contraditório ou obscuro.

3. Não há violação ao artigo 535, II do CPC, quando a matéria não analisada pelo aresto recorrido não foi objeto de recurso de apelação.

4. Buscando a agravante o rejugamento da causa sob a alegação de que o acórdão atacado incorreu em omissão, afiguram-se completamente procrastinatórios os embargos de declaração opostos, atraindo à hipótese a incidência do disposto no parágrafo único do art. 538 do CPC.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1.085.063/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/05/2009)

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso especial e nego-lhe

Superior Tribunal de Justiça

provimento.

Sustenta a parte agravante, em apertada síntese, que (fls. 284/285):

[...] da leitura das razões recursais apresentadas nos Embargos Declaratórios, verifica-se que o Recorrente apontou omissão acerca do art. 292, I, do CPC/2.015 e por essa razão a r. decisão monocrática não pode prosperar, devendo a mesma ser objeto de um Juízo de Retratação por parte de V. Ex^a. e, caso porventura não haja a merecida retratação, que seja a r. decisão monocrática aqui agravada levada a julgamento pelo colendo Órgão Colegiado, em homenagem ao princípio da Colegialidade, e com inclusão em pauta, tudo nos termos do artigo 259, § 3º do RISTJ, o que aqui espera-se e requer-se desde já.

E ainda (fls. 286/287):

AO CONTRÁRIO DO QUE ALEGOU O ILUSTRE MINISTRO RELATOR, EM SEDE DE EMBARGOS O AGRAVANTE DEMONSTROU QUE O ACÓRDÃO QUE JULGOU A APELAÇÃO FOI OMISSO EM NÃO OBSERVAR QUE COM A ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 291 E 292, O AGRAVANTE EMENDOU A EXORDIAL DANDO À CAUSA O VALOR DE R\$ 101.571,81 (CENTO E UM MIL, QUINHENTOS E SESENTA E UM REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

TANTO É VERDADE, QUE NA PRÓPRIA DECISÃO GUERREADA O ILUSTRE MINISTRO RELATOR TRANCREVE CITADO TRECHO.

ORA, O TRECHO TRANSCRITO NA DECISÃO GUERREADA É CONTRADITÓRIO COM A PRÓPRIA DECISÃO.

Este colendo Superior Tribunal de Justiça é denominado pela doutrina nacional como o “guardião” da interpretação da legislação infraconstitucional, exercendo o importante papel de harmonizar as mais divergentes decisões prolatadas nos Tribunais Brasileiros.

DA ANÁLISE DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, RESTA CRISTALINO, QUE O RECORRENTE APONTOU A OMISSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM ACERCA DA APLICAÇÃO DO ART. 292, I, DO CPC/2.015.

Tanto é verdade, que o Recurso Especial foi admitido na origem. Os esclarecimentos acima comprovam que, ao contrário do que decidiu o Ministro Relator, o Recorrente em sede de embargos

Superior Tribunal de Justiça

declaratórios apontou a omissão da Colenda Câmara Cível acerca do que dispõe o art. 292, I, do CPC.

Por fim, requer a reconsideração ou a reforma da decisão agravada.

Impugnação às fls. 294/305.

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Ante as razões aduzidas pela parte ora agravante, reconsidero a decisão de fls. 264/269.

Após, voltem-me os autos conclusos para novo exame do apelo especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator